

Um rumo para a Amazônia

Causou grande repercussão em todo o mundo a sombria previsão da revista *Science* de que 42% da floresta amazônica poderá estar no chão até 2020. É provável que esteja mesmo, se a política ambiental brasileira não começar a mudar já e uma dose muito maior de energia passe a ser empregada na contenção dos abusos que ali têm sido praticados.

No entanto, essa previsão de uma revista tão prestigiosa parece ter tido pelo menos um grande benefício: o de acelerar a avaliação ambiental do programa Avança Brasil.

Com investimentos de R\$ 73 bilhões na região em oito anos, esse programa prevê, para a Amazônia, gasodutos, hidrovias e estradas, em diferentes "eixos de desenvolvimento". Os impactos ambientais decorrentes podem ser enormes. Por isso, desde o lançamento do programa, o presidente Fernando Henrique Cardoso incumbiu o Ministério do Meio Ambiente (MMA) de realizar um zoneamento ecológico-econômico na área de influência desses eixos de desenvolvimento.

Mas o zoneamento não saiu. Como o Avança Brasil é um programa que vem do centro de decisões do governo e envolve vários ministérios, tem faltado força ao Ministério do Meio Ambiente para incomodar tanta gente poderosa e impor parâmetros e limites aos seus planos.

A péssima repercussão internacional da reportagem da *Science* parece ter dado um em-

purãozinho providencial na retomada desse esforço de zoneamento. O Ministério do Planejamento anunciou uma licitação, para fazer a "análise ambiental estratégica" do Avança Brasil. Esse ministério fará a supervisão junto com o do Meio Ambiente e os recursos sairão do BNDES. Só os prazos preocupam: somados 6 meses para licitação e 12 para o estudo, a melhor das hipóteses é que tudo fique pronto quando este governo estiver terminando.

É preciso encurtar esse prazo. O zoneamento é um instrumento fundamental para definir vocações econômicas e restrições ambientais, apontando, para cada tipo de atividade, as áreas onde elas podem render melhor, com o menor impacto possível. Por isso tem de *anteceder* os projetos de desenvolvimento.

O desrespeito a essa seqüência lógica de iniciativas tem contribuído decisivamente para o desmatamento desenfreado da Amazônia onde a lei se limita a correr atrás dos fatos consumados em vez de servir para tentar ordená-los.

Madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, sem-terra, prefeitos, comerciantes, índios e extrativistas seguem ocupando a região com lógicas próprias, boa parte deles na ilegalidade, dilapi-



dando um patrimônio natural inestimável e legando à sociedade brasileira os custos do desperdício e das vantagens efêmeras. Outra parte desses agentes atua na legalidade, com aspirações legítimas de progresso, mas frequentemente no lugar errado, porque lhes faltam as diretrizes de um bom zoneamento, antecedendo a instalação da fronteira econômica.

A única resposta possível a todos eles seria o ordenamento territorial, feito com a ajuda dos satélites e sistemas de informação geográfica. Essas tecnologias poderiam não apenas dar ao governo um plano lógico e coerente sobre o que é necessário preservar e o que pode ser aberto à exploração econômica – e com que limites –, como, também, as condições de fiscalizar – pelo monitoramento a distância – o cumprimento dessas normas. Isso poderia mudar o quadro que prevalece hoje, nas relações entre as autoridades ambientais e os ocupantes da Amazônia, de constatação de prejuízos irrevogáveis diante de fatos consumados.

O programa Avança Brasil abre a Amazônia para um novo patamar de exploração e de ameaças. E, por isso mesmo, não só uma "análise ambiental estratégica", mas também o zoneamento ecológico-econômico do projeto já deve-

riam estar prontos. Mas, em vez de traçar as diretrizes básicas nacionais para uma ocupação racional da Amazônia, o governo federal depositou nas mãos dos Estados a responsabilidade de produzir, cada um, o seu próprio zoneamento, como se o macrozoneamento federal pudesse resultar da soma desses. Ainda que todos fossem executados com isenção técnica, não poderia. E há sobradas razões para não se esperar

É preciso encurtar o prazo da análise ambiental da Amazônia

isenção técnica nessas pesquisas locais. O que mais pode explicar a divisão de um projeto, cuja lógica é geocológica por critérios políticos, do que as pressões dos

grupos de poder dos nove Estados da Amazônia Legal, onde a política e a exploração desenfreada da floresta frequentemente têm vivido uma da outra?

O macrozoneamento deve refletir o que o Brasil quer para a Amazônia. Deve ser a resposta às necessidades regionais de desenvolvimento sustentável e de proteção aos recursos naturais. Não pode ser uma colcha de retalhos das políticas estaduais, tão díspares entre si quanto os modelos de zoneamento estaduais até agora desenvolvidos.

INSTITUTO	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	CEESP
Data	03/10/21/2001 Pg. A3
Class.	A2E00054
Documentação	